

O CONTRAESPÇO DOS POVOS INDIGENAS DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

THE COUNTERSPACE OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF THE TRANSAMAZÔNICA AND XINGU

Ana Paula dos Santos Souza.¹

RESUMO

Esse trabalho faz uma reflexão sobre as lutas por direitos dos povos indígenas, na região da Transamazônica e Xingu, no estado do Pará. Analisamos os registros de algumas mobilizações desses povos, ocorridas nas últimas duas décadas. Trata-se de ações realizadas pelos povos Parakanã, Assurini, Araweté, Kayapó, Xypaia, Kuruaya, Juruna e Arara da Bacia do Xingu e Transamazônica, antes, durante e depois da construção da Barragem de Belo Monte, no rio Xingu. A relação estabelecida entre o capital hegemônico e os povos do Xingu, carrega práticas colonialistas. Mas a resistência secular dos povos originários segue contrariando o espaço hegemônico ditado pelo capital. O contraespaço indígena está construindo outras racionalidades no oeste do Pará.

Palavras-chaves: Povos indígenas; Contraespaço; Barragem de Belo Monte; Rio Xingu.

ABSTRACT

This work analyzes the struggles for rights of indigenous peoples in the Transamazônica and Xingu region, in the state of Pará. We analyze the records of some mobilizations of these peoples, which took place in the last two decades. These are actions carried out by the Parakanã, Assurini, Araweté, Kayapó, Xypaia, Kuruaya, Juruna and Arara peoples, from the Xingu and Transamazônica Indigenous Lands, before, during and after the construction of the Belo Monte Dam on the Xingu River. The relationship established between hegemonic capital and the peoples of the Xingu carries colonialist practices. But the secular resistance of the original peoples continues to contradict the hegemonic space dictated by capital. The indigenous counterspace is building other rationalities in western Pará.

Keywords: Indigenous peoples; counterspace; Belo Monte dam; Xingu River.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Tem habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará e mestrado em Agriculturas Amazônicas pela UFPA. É professora da UFPA. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, atuando principalmente na formação de educadores das escolas do campo nos seguintes temas: Linguagem, desenvolvimento socioambiental, agricultura familiar e equidade ambiental. Atualmente, Doutoranda em Geografia pelo PPGeo/UFPA. e-mail: anapss@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas da Transamazônica e Xingu tem uma longa trajetória de lutas em prol de seus territórios e de suas vidas. A maioria delas deflagrada em oposição ao estado que os ignora ou não garante seus direitos. A cidade de Altamira, no sudoeste do Pará, nas últimas duas décadas, tem sido o lugar onde acontece várias dessas mobilizações. Nesse documento tratamos de registros de mobilizações ocorridas na Transamazônica e Xingu, referente às últimas duas décadas, mas essa trajetória é longa. De acordo com Rafael Chambouleyron (2008), a exploração das especiarias como o cravo de casca nas matas do Xingu, por volta de 1650, desencadeou muitos conflitos entre os portugueses e os indígenas do povo Taconhapé e Juruna que habitavam a região. O autor traz as palavras do jesuíta João Felipe Bettendorf que viveu nas missões do Xingu, segundo ele, nada era obstáculo para os “cravistas, que a tudo se arriscam para levar o cravo de onde quer que esteja” (CHAMBOULEYRON, 2008, p. 52). Isso incluía enfrentar a revolta dos indígenas que eram escravizados para ir em busca do cravo na floresta e atravessar as perigosas cachoeiras do Xingu mantendo a carga intacta e os saqueadores vivos.

Os governos da época castigaram os Taconhapé várias vezes por sua recusa em seguir escravizados. Em resumo: no Xingu com abundância da especiaria, “os diversos conflitos que tiveram os portugueses com os Taconhapé decorreram da exploração do cravo de casca e do uso e abuso dos indígenas para a “condução” do produto.” (CHAMBOULEYRON, 2008; p. 66). Os séculos passaram e as disputas pela paisagem transformada em recurso, seguiu em frente na Bacia do Xingu. Da coleta do cravo, borracha nativa, pele do gato, ouro à derrubada das florestas para a criação da pecuária extensiva ou represamento do rio para a geração de energia, os indígenas sempre estiveram no meio do caminho. Esses encontros com os antigos e novos colonizadores foram e são sempre conflituosos. Apesar das mudanças na estrutura social e política do país, “o conteúdo e a forma de conviver com a diversidade cultural permanece velha!” (BELTRÃO, 2008; p. 212).

O foco central desse texto é discutir essas mobilizações recentes na região do Xingu, o que as motivou e o impacto disso no território e na vida desses povos. Nesse conjunto estão as

ações realizadas pelos povos indígenas da Bacia do Xingu e Transamazônica, antes e depois da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu. Compreendemos a mobilização dos indígenas como a produção de um *contraespaço*, Moreira (2021). O autor chama de *contraespaço* a reação de uma parte das forças sociais da sociedade civil que ao se sentir excluída, se manifesta em um levante que questiona a ordem hegemônica estabelecida. Nessa direção, traz como exemplos: os levantes dos povos indígenas, desde a Confederação dos Tamoios, iniciada em 1554, no Sudeste do Espírito Santo e São Paulo, passando pelo *contraespaço* dos Tapuios, iniciado em 1651, no semiárido da caatinga. Lutas sempre movidas por causa das fazendas de pecuária que adentravam cada vez mais os territórios indígenas, expulsando-os de suas terras.

Tratamos aqui do espaço geográfico aproximando do conceito de Milton Santos (2020) que define essa categoria como um híbrido, um misto, uma união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. Nesse conjunto, o sujeito é o elo qualificador. Em um mesmo espaço, o Xingu tinha/tem importância diferente para os indígenas e para os construtores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Rio Xingu, na região de Altamira, no Pará. A paisagem convertida em recursos com valor monetário foi uma decisão de parte dos sujeitos. Mas os impactos afetaram a vida de todos e todas.

Ao discordarem do espaço hegemônico que guiado pelos ditames do capital decidiu construir Belo Monte, sem ouvir os povos que vivem e cuidam do Xingu, os indígenas produziram um *contraespaço*. Ao não afirmarem a constituição do espaço burguês, Moreira (2021), os indígenas foram denominados: os contra Belo Monte. Mobilizados coletivamente trouxeram outros elementos para qualificar o debate sobre o uso do rio e os impactos de seu barramento. Durante as audiências públicas sobre o projeto, realizadas pela Norte Energia, a fala dos povos originários, ignorada na elaboração do projeto hidrelétrico, se impõe perante o estado e todos aqueles que apoiavam a construção da barragem no Xingu. Uma voz que constrange ao refutar a defesa do projeto como um investimento na melhoria da qualidade de vida no Xingu. Com isso gerou conflitos, mas também acolhimentos.

Nessa região, um dos marcos da mobilização dos povos xinguanos sobre o tema, foi o Encontro dos Povos Indígenas, ocorrido em Altamira, em fevereiro de 1989. O grande objetivo do evento foi manifestar a contrariedade dos povos indígenas à construção da grande barragem de Kararaô, no Xingu². Desse evento, uma cena memorável da índia Tuíra encostando seu facão na face de um engenheiro da Eletronorte, correu o mundo. Mas o evento de Altamira foi muito maior que essa cena, pois desencadeou um debate sobre os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, no seio dos movimentos sociais que nascia oriundo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e segue até os dias atuais.

O grito de guerra dos indígenas em 1989, acordou Altamira. E foi assim que a população dessa cidade conheceu a diversidade de povos existentes no Xingu e o que eles e elas pensavam sobre o progresso das barragens. Todavia, os indígenas não foram os únicos a se manifestar, os fazendeiros, comerciantes e políticos locais, liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), também desfilaram pelas ruas de Altamira demonstrando seu apoio ao projeto das barragens e contra os indígenas e ambientalistas. O ponto alto dessa manifestação dos favoráveis às barragens foi a criação do Movimento Pró-Kararaô (MOPROK), numa demonstração de que o espaço é um campo de correlações de força, Moreira (2021).

Depois do evento, o projeto das barragens no Xingu foi suspenso. Mas foi retomado uma década mais tarde. A decisão do governo de retomar o projeto das barragens, fez ressurgir também as mobilizações contrárias ao projeto, liderada por indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares e ONG ambientalistas. A região ficou dividida entre os contra e os favoráveis às barragens no Xingu. Nessa fase, os ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores, estudantes e pesquisadores, movidos pelo sentimento da exclusão, somaram força no contraespaço dos indígenas.

Mesmo depois que a barragem de Belo Monte foi construída, não cessaram as manifestações e protestos dos povos indígenas. Até mesmo durante as restrições sanitárias da pandemia da covid 19, os movimentos sociais pelo Brasil afora, convocaram manifestações

² Maiores informações em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/44603_20180123_091702.PDF acessado em 05/08/2023.

públicas contra as ações, ou a ausência delas, por parte dos governos, em particular o governo federal. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)³ considerou março de 2021, como um dos piores meses da pandemia, para os povos indígenas do Brasil, pois nessa época contabilizaram mais de mil mortos pela covid 19. Mas isso não impediu as lutas por direitos. Mesmo diante desse cenário de mortes, a APIB convocou representações indígenas de todo país para o Levante da Terra, a favor da proteção e respeito aos povos indígenas e contra projetos de leis no Congresso Nacional.

O banco de dados da Rede Dataluta/floresta⁴, registrou que em 2020 foram realizadas, no Pará, mais de 70 ações voltadas para a proteção dos recursos naturais, defesa dos territórios contra o desmatamento, garimpos ilegais, crimes ambientais, conflitos fundiários e busca por direitos, Sobreiro Filho e Costa (2021). Essas manifestações na forma de cartas de denúncia e repúdio, campanhas de arrecadação de fundo e doação de alimentos, audiências públicas, ocupações, denúncias, barreiras sanitárias, protestos, bloqueio de ruas e rodovias. Esse conjunto de ações foi protagonizado por organizações ribeirinhas, movimentos de mulheres, associações e conselhos indígenas, associações quilombolas, ONGs nacionais e internacionais. 24 municípios paraenses estiveram envolvidos nessas manifestações. Os povos indígenas da Bacia do Xingu lideraram muitos desses protestos.

O percurso metodológico de construção desse texto foi realizado a partir do acompanhamento de vários desses eventos ocorridos na região de Altamira nas últimas décadas e dos registros sobre eles existentes nos arquivos das organizações dos movimentos sociais como Movimento Xingu Vivo e Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP). Informações também foram coletadas nos sites da imprensa e de ONG como o Instituto Socioambiental (ISA). Os dados sobre as mobilizações mais recentes são oriundos de entrevistas com técnicos que trabalham nas instituições contratadas pela Norte Energia para executar as atividades e programas previstos no Plano Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI). Esses profissionais (agrônomos, biólogos, técnico agrícola, engenheiro florestal, geógrafos,

³ Maiores informações acessar: <https://apiboficial.org/at12021/> acessado em 10/08/2023.

⁴ Para maiores informações, consultar <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/> acessado em 10/07/2023.

sociais rurais e urbanos, ambientalistas, pesquisadores, estudantes protestaram em conjunto com os povos indígenas. O livro Tenotã-Mõ⁵ organizado pelo pesquisador Osvaldo Sevá e lançado em 2005, reúne uma coletânea de artigos e cartas dos movimentos sociais e representa o que foi a luta contra Belo Monte, na região da Transamazônica e Xingu, nas últimas duas décadas. Conforme descrito no título da obra: Esse conjunto de vozes expressou um “alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu” (SEVÁ, 2005, p. 01).

Em maio de 2008, o conjunto de movimentos sociais denominado Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, MDTX realizou em parceria com os povos indígenas do Xingu e Transamazônica, um evento amplo para manifestar os motivos técnicos da inviabilidade de Belo Monte. O governo também foi chamado para o debate. O Encontro Xingu Vivo Para Sempre, ocorrido na cidade de Altamira, reuniu mais de mil pessoas, dentre esses, 500 indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, estudantes, pesquisadores e imprensa. No terceiro dia do evento a mesa de debates contou com a participação da Eletrobras, pesquisadores e lideranças indígenas. Mas a riqueza dos debates feitos entre os indígenas e os estudantes sobre a importância de preservar o rio para manter a vida de todos e todas, foi suplantado pelo infeliz episódio do corte que o engenheiro da Eletrobras levou no braço, desferido por um indígena.

O fato aconteceu no seguinte contexto: depois da fala do pesquisador Osvaldo Sevá retratando a inviabilidade técnica de Belo Monte, baseado nas suas longas pesquisas sobre o tema, as lideranças indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX) a seu modo, explicaram para o ginásio lotado o que significava barrar um rio como o Xingu e os impactos que isso iria representar na vida de todos que dele dependiam para viver. Em seguida foi a vez do engenheiro da Eletrobras justificar a importância de Belo Monte. Ele não só exaltou o empreendimento como um exemplo tecnicamente perfeito da engenharia das barragens, como também desqualificou e debochou das falas que o antecederam. Isso irritou os indígenas, especialmente as mulheres Kaiapó, que se aproximaram da mesa com seus facões indignadas com a fala do engenheiro. Uma confusão de alguns minutos se estabeleceu entre o engenheiro e os indígenas

⁵ Tenotã-Mõ significa: “o que segue a frente, o que começa” Palavra da língua do povo Araweté. Maiores informações no livro de Eduardo Viveiro de Castro: Araweté o povo do Ipixuna.1992.

no entorno da mesa e resultou no corte do braço, alardeado pela imprensa. Nesse dia, o evento foi suspenso, os indígenas voltaram para o Centro de Formação Bethânea, na zona rural de Altamira, onde estavam hospedados e os organizadores foram convocados pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos. O evento seguiu ainda mais lotado no dia seguinte, mas sob a vigilância do batalhão de choque da polícia militar que fora deslocado da capital do estado e permaneceu em Altamira até o final do evento.

Figura 2: Abertura do Encontro Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, 2008



CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: arquivo Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Apesar do governo, políticos e empresariado da região da Transamazônica defender ferrenhamente a obra de Belo Monte, os indígenas seguiram discordando, protestando e buscando apoios para evitar o barramento do rio Xingu. No início de novembro de 2009, várias lideranças indígenas representando 11 etnias da Bacia do Xingu: kayapó, Kaiabí, Xavante e Kamayurá foram até Brasília entregar ao alto escalão do governo federal, uma carta produzida

em uma reunião com mais de 300 lideranças indígenas da Bacia do Xingu. O evento ocorreu na Aldeia Piraçu, na Terra Indígena Capoto Jarina, no Mato Grosso. Os indígenas além de discordar da obra se queixavam que não foram ouvidos no processo de licenciamento e que as aldeia que existiam no entorno da obra quase nada sabiam sobre o que aconteceria com suas vidas.

Em fevereiro de 2011, os indígenas retornaram à Brasília⁶ acompanhados de ambientalistas, ribeirinhos, movimentos sociais da região do Xingu e Mato Grosso. 300 pessoas fizeram uma manifestação na esplanada dos ministérios com faixas e cartazes pedindo o fim de Belo Monte. Uma comissão formada pelo cacique Kayapó Raoni Metuktire, uma liderança indígena da região de Altamira Sheila Juruna, Antônia Melo da direção do Movimento Xingu Vivo e Sonia Guajajara da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) conseguiram marcar uma audiência com a Presidência da República. A comissão não foi recebida pela Presidenta Dilma, conforme desejavam, mas pelo Ministro dos Direitos Humanos da Presidência da República, Rogério Sottilli. Depois de uma longa conversa, tudo que a comissão conseguiu de concreto foi mais promessas de maior diálogo com os indígenas. Mas construir Belo Monte era decisão sem retorno no governo.

Na medida em que a construção da barragem avançou, as manifestações dos povos indígenas continuaram. Na última semana de junho de 2012, um grupo de aproximadamente 300 pessoas entre indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais e representantes de ONG ambientalistas, ocuparam um trecho na localidade onde estava sendo construída a obra. O protesto aconteceu em uma ensecadeira, uma parede de terra erguida para desviar o curso do rio. Com picaretas, enxadas os indígenas quebraram uma pequena parte da ensecadeira deixando o rio fluir num protesto simbólico. Sobre a área devastada plantaram mudas de açaí. Mas o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), no início ignorou o protesto já que os canteiros de obra ficavam a aproximadamente um quilometro de distância do local onde os indígenas estavam. Mas como a manifestação seguiu, a empresa buscou a justiça para um

⁶ Maiores informações em: <https://oeco.org.br/reportagens/24783-indigenas-vao-ao-planalto-contrabelo-monte/>, acessado em 08/8/2023.

pedido de reintegração de posse que foi negado. Alguns dias depois os indígenas saíram voluntariamente.

A construção de Belo Monte foi autorizada pelo IBAMA mediante 40 condicionantes a serem executadas pelo grupo de empresas construtoras, antes e depois da obra. Os projetos e programas previstos para mitigar antecipadamente os impactos, um ano depois que a obra estava em curso, ainda não haviam começado. A verdade é que após os embargos judiciais serem vencidos pelas empresas construtoras e as licenças emitidas pelo IBAMA, a prioridade foi avançar com a obra. Nesse cenário, os indígenas perceberam que a execução do PBA-CI estava sendo postergada e era preciso denunciar isso. Nesse sentido foi que se deu o protesto na enseadeira.

A pauta dos indígenas incluía reivindicações novas e antigas: maior acesso a saúde e educação, construção de casas de farinha, poços artesianos, acesso à energia elétrica gratuita, garantia de proteção territorial, regularização fundiária, carros, torre de celular, motores para embarcações, computadores e outros, Souza (2015). Depois que as negociações entre os representantes do Consórcio Construtor e as lideranças indígenas começaram, a ocupação foi encerrada.

A Norte Energia passou então a tratar as demandas individualmente com cada liderança indígena. Essa prática também fragilizou a resistência coletiva. Os efeitos do contraespaço podem incluir de mudanças radicais à simples mudanças de inclusão, Moreira (2021). No caso dos indígenas as mudanças incluíram essas duas perspectivas: eles foram incluídos nas proposições das condicionantes já aprovadas pelo IBAMA. Mas o fato de serem ouvidos, mesmo que depois de muitas manifestações, pelos governos e os empresários como protagonistas de suas próprias lutas contra os desmandos do capital hegemônico, foi uma mudança radical.

Apesar de todas essas manifestações o governo seguiu firme no seu propósito de construir Belo Monte, o mais rápido possível. Segundo Souza (2015), a novidade resultante dessas lutas foi a inclusão do Componente Indígena nos Estudos de Impacto da obra e aprovado em 2012, depois da ocupação feita pelos indígenas. Segundo ela, esse componente incluiu as terras indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do km 17, Trincheira Bacaja,

Apyterewa, Araweté do igarapé Ipixuna, Koatinemo, Kararaô, Arara e Cachoeira Seca. Além desses, também foram inclusos indígenas de diferentes localidades ao longo da Volta Grande do Xingu e os indígenas moradores da cidade de Altamira. Vale ressaltar que isso contemplou as lutas dos povos Xypaia e Kuruaya, moradores da cidade de Altamira, que durante anos lutaram pelo reconhecimento de sua identidade étnica, Parente (2016).

Figura 3: indígena protesta com arco e flecha sobre uma enseadeira em Belo Monte, 2012.



Fonte: Foto: Glaydson Castro / TV Liberal, 2012

Souza (2015), que na época trabalhava na FUNAI de Altamira, relata que mesmo com a inclusão do Componente Indígena no Plano Básico Ambiental (PBA), ficou definido que um Plano Emergencial para apoiar os indígenas e seus territórios, seria elaborado entre a FUNAI e os construtores da obra até que o PBA-CI fosse executado.

Entre as metas estabelecidas no Plano de Trabalho estavam o apoio à implementação de alternativas econômicas sustentáveis, com a execução de ações e projetos para atividades produtivas para subsistência e geração de renda, sendo destinado o valor de R\$ 30.000,00/mês por aldeia (num total de 25 aldeias); e o apoio a projetos de valorização cultural, sendo destinado o valor de R\$ 50.000,00/ano por aldeia. Os projetos seriam elaborados por técnicos a serem contratados pela Norte Energia, e que atuariam na Funai em Altamira/PA. (SOUZA, 2015, p. 07).

De acordo com Souza (2015), os projetos previstos no plano emergencial não chegaram a ser elaborados e o que ocorreu foi a confecção de listas de pedidos das lideranças indígenas oriundas das 25 aldeias existentes no entorno da obra. Nessas listas estavam desde alimentos industrializados como refrigerantes, biscoitos até eletrodomésticos, colchões, motores para embarcações e bastante combustível. Esse contato estabelecido entre os técnicos contratados pelas empresas construtoras e os indígenas passou a ser constante e o número de pedidos aumentou à medida que novas aldeias iam sendo criadas por causa das divisões estabelecidas entre os grupos familiares de uma mesma aldeia. Os indígenas das aldeias mais distantes da área urbana, passaram a estar constantemente na cidade de Altamira para receber as doações. Tudo isso trouxe muitas consequências para os povos indígenas: maior consumo de álcool, doenças, violências, disputas entre grupos indígenas pelas doações dos construtores da obra. Do lado dos construtores, em meio a esse contexto sempre tenso, o imperativo era avançar na construção da barragem e terminar o mais rápido possível.

2. TENOTÃ-MÕ - A RESISTENCIA SEGUE EM FRENTE

Nem todas as lideranças indígenas tinham conhecimento do conteúdo do PBA-CI elaborado por uma consultoria contratada pelo grupo construtor da barragem. Conforme o documento foi sendo conhecido, discordâncias aconteceram e ajustes foram propostos, nem sempre aceitos pelos construtores. A morosidade na execução das atividades foi outro fator que fundamentou as mobilizações desde que o PBA-CI passou a ser executado em 2014. Em fevereiro de 2022, mais de 100 indígenas fecharam a rodovia **Transamazônica**, no trecho entre

Medicilândia e Uruará, em frente a uma base territorial do povo Arara. As reivindicações dos indígenas exigiam o cumprimento das condicionantes do PBA indígena e a proteção de seus territórios cujas fronteiras estavam sendo invadidas por grileiros, garimpeiros e madeireiros. Situação que se agravava desde que as ações dos órgãos de fiscalização e controle foram reduzidas na região.

Os bloqueios na Transamazônica feitos pelos indígenas foram constantes desde o começo da obra de Belo Monte. As reivindicações incluíram: mais agilidade no cumprimento das ações previstas no PBA-CI, proteção dos territórios indígenas assolado por invasões, troca dos comandos da FUNAI que praticamente pararam suas atividades de fiscalização e controle durante o período de 2019 a 2022. Nessas mobilizações os indígenas buscavam sempre interlocução direta com a FUNAI, Norte Energia, a imprensa. Como muitos desses protestos acabavam com promessas que depois não eram cumpridas, os indígenas foram aprimorando seus levantes; passaram a fechar a rodovia de modo a impedir a passagem dos ônibus da CCBM e conseqüentemente bloqueando a chegada dos milhares de operários na obra. Também passaram a exigir documentos escritos com prazos e responsáveis pela execução do que foi acordado.

Moreira (2021), nos lembra que conforme a sociedade se constitui ela constrói seu espaço. Assim, o poder central do país, parte de uma sociedade burguesa centrada no lucro, e seus aliados decidiram construir Belo Monte. Para esses, a Amazônia continuava sendo a provedora de matérias primas para o Brasil e o mundo. Utilizaram bilhões do dinheiro público do Banco BNDES em uma região onde já existia a Transamazônica, outro grande projeto que havia afetado profundamente a vida dos povos do Xingu. As insurgências indígenas lembraram todos esses fatos e cobraram seus direitos básicos de garantia de vida, proteção dos territórios e sobretudo respeito à diversidade cultural. Belo Monte foi construída, mas em meio a um cotidiano de lutas que segue até os dias atuais.

Aos poucos os povos indígenas do Xingu e da Transamazônica, atingidos por Belo Monte, a exemplo dos ribeirinhos, agricultores familiares, reassentados urbanos e rurais, passaram a liderar constantes manifestações em prol de seus direitos por saúde, educação, garantia dos territórios, investimentos na economia da sociobiodiversidade e várias outras

bandeiras, para além do que estava contido nas condicionantes. Se antes a FUNAI, o CIMI, ONG ambientalistas e algumas igrejas eram vozes, quase solitárias, a tratar da causa indígena na Transamazônica e Xingu, hoje um movimento social liderado pelos próprios indígenas assumiu o protagonismo de suas lutas.

Figura 4: Indígenas bloqueiam a Transamazônica, Uruará, Pará.



Fonte: Foto Polícia Rodoviária Federal/ Divulgação, 2022.

Os protestos contra a atuação morosa da Norte Energia em cumprir as atividades e programas do PBA-CI são frequentes em Altamira. Com a execução das atividades desse componente do PBA, as lideranças indígenas das aldeias mais distantes passaram a ter contato

frequente com as instituições executoras e a estar constantemente em **Altamira**, nas sedes dessas instituições.

Reinaldo Lemos⁷, que trabalha para uma das instituições executoras do PBA-CI, informa na entrevista que sua tarefa é acompanhar a execução de 5 programas; Programa de Atividades Produtivas e Geração de Renda, com foco nas atividades de subsistência (roças, produção de alimentos), Programa de Fortalecimento Institucional que realiza ações de capacitação nas aldeias, o Programa de Gestão Territorial, que contrata pessoas para ficar nas bases de vigilância, fazendo o monitoramento das fronteiras das Terras Indígenas, entrada e saída de pessoas. Para esse trabalho também indígenas são contratados pelas executoras, Programa de Patrimônio Cultural com foco no fomento da cultura indígena. Programa Escolar Indígena, nesse as prestadoras acompanham e registram as demandas e articulam com as secretarias municipal e estadual de educação como atender as demandas, a Norte Energia constrói as estruturas. O Programa de Saúde Indígena, nesse as executoras fazem um trabalho similar ao programa da educação: articulam com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para viabilizar o atendimento das demandas das aldeias. Existe um termo de cooperação técnica entre os órgãos públicos e as executoras.

Vale ressaltar que esse contexto de gestão do PBA-CI não flui na velocidade desejada pelos indígenas dada a complexidade do conjunto de atores envolvidos: as instituições executoras são contratadas para cumprir os programas, mas é a Norte Energia que detém os recursos, mas essa também depende da ação das prefeituras em viabilizar as políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Nesse conjunto se soma o DSEI que é vinculado ao Ministério da Saúde com uma agenda de trabalho construída nacionalmente. Por vezes sem aceitar passivamente essa engenharia administrativa morosa e burocrática, as lideranças indígenas se revoltam e fazem seus levantes pelas ruas da cidade, em frente aos órgãos públicos e com apoio de ONG e movimentos sociais aliados, entram com representação no Ministério Público Federal contra a Norte Energia e suas executoras.

⁷ Reinaldo Lemos é um agricultor familiar, formado em Etnodesenvolvimento pela Faculdade de Etnodiversidade/UFPB. Trabalha no acompanhamento das atividades realizadas pelas executoras do PBA-CI. Atualmente contratado pela executora Unyleya Socioambiental.

As instituições executoras são contratadas pela Norte Energia para trabalhar em “rotas”, isso significa um conjunto de aldeias próximas que estão na calha do rio ou ao longo de estrada. O 37º Relatório⁸ de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES feito pela JGP, Consultoria e Participações Ltda, em setembro de 2022, demonstrou os seguintes dados sobre os povos indígenas da região em cada uma dessas rotas. A Rota Xingu é formada pelas Terras Indígenas Araweté, Koatinemo e Apyterewa, reúne 46 aldeias e 1.673 (mil seiscentos e setenta e três) indígenas. A Rota Iriri é formada pelas TI Arara, Cachoeira Seca e Kararaô, reúne 682 (seiscentos e oitenta e dois) indígenas vivendo em 16 aldeias. A Rota Curuá é formada pelas TI Xypaia e Kuruaya, reúne 545 (quinhentos e quarenta e cinco) indígenas e 09 aldeias. A Rota Volta Grande é formada pelas TI Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna do km 17, reúne 718 (setecentos e dezoito) indígenas, 212 famílias em 12 aldeias. A Rota Citadinos e Ribeirinhos é formada por cinco comunidades e reúne 3.474 (três mil quatrocentos e setenta e quatro) indígenas. A Rota Bacaja é formada por uma única terra indígena com 32 aldeias, reúne 1.177 (mil cento e setenta e sete) indígenas. Esse quadro dá uma dimensão do tamanho do trabalho das executoras e conseqüentemente das demandas de cada uma das mais de 100 aldeias.

As instituições executoras Unyleya Socioambiental, Synergia Consultoria Ambiental e Verthic Consultorias e Participações Ltda, responsáveis pela execução do PBA-CI, não são da região, mas todas tem sede em Altamira. De acordo com Reinaldo Lemos, elas deslocam suas equipes técnicas para as rotas por períodos de 15 a 20 dias para desenvolver as atividades previstas no PBA-CI. Os técnicos contratados por elas também acompanham as agendas de negociação das lideranças indígenas na cidade de Altamira, organizam a participação desses grupos em feiras para comercializar os produtos da sociobiodiversidade indígena, auxiliam as lideranças em suas participações em eventos regionais, estaduais e nacionais como o Acampamento Terra Livre que ocorre em Brasília DF.

Reinaldo Lemos relata ainda que as equipes técnicas durante o período que estão nas aldeias ajudam os indígenas no preparo das roças de culturas temporárias e perenes, criação de

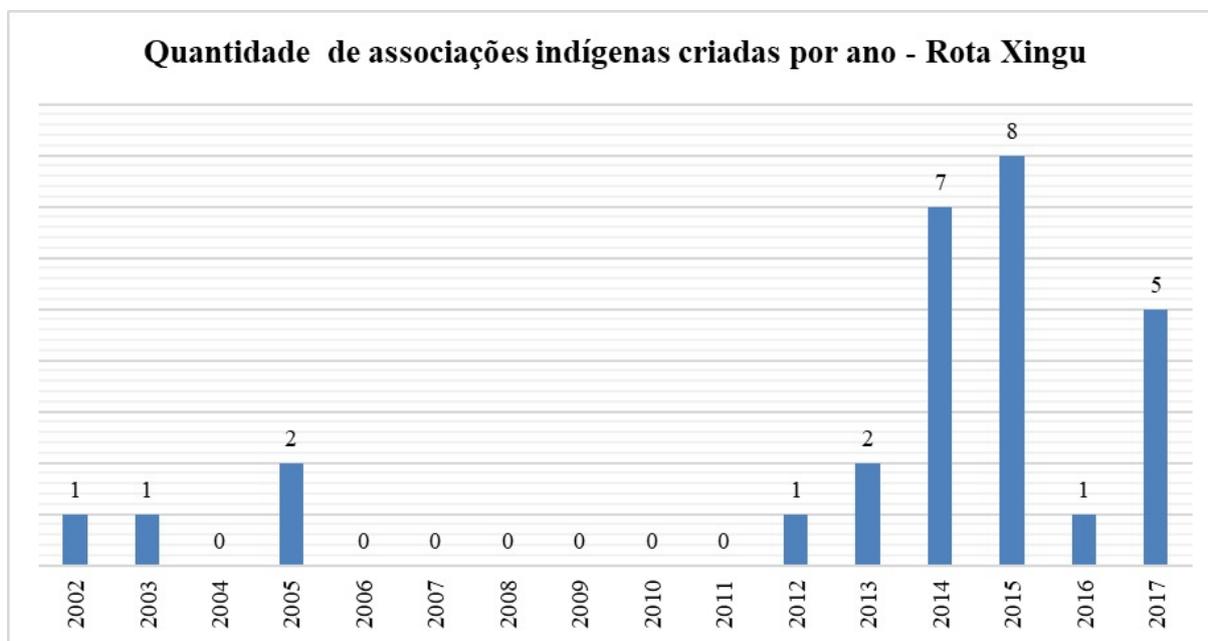
⁸ <https://www.norteenergiasa.com.br/-br/socioambiental/principios-do-equador>, acessado em 08/08/2023.

pequenos animais, realizam oficinas e cursos de formação para as lideranças em gestão de políticas públicas, participação em conselhos de controle social, oficinas sobre a produção e promoção de artesanatos, criação de associações, cooperativas e institutos. Viabilizam apoio técnico também nas experiências de beneficiamento dos produtos, a exemplo da castanha desidratada, fabricação de chocolate artesanal, polpa de frutas, frutas desidratadas. Auxiliam ainda na elaboração de projetos das associações para captação de recursos de fundos de doação e nos planos de uso e proteção dos territórios indígenas.

É perceptível que as formas de mobilizar e resistir dos indígenas do Xingu tem se modificado, ampliado ao longo dos anos. Não mais só arcos, flechas e corpos pintados para a guerra a esperar promessas governamentais que quase sempre não se cumprem. Outras ferramentas como o uso constante do Ministério Público Federal e Defensoria Pública em ações para garantia de direitos, compõe as estratégias de luta coletiva. As lutas articuladas com movimentos sociais não indígenas e criação de organizações indígenas como associações cooperativas, também são exemplos do ocorrido nas últimas duas décadas, nessa região.

A criação de associações e cooperativas entre os povos indígenas do Xingu não é algo novo. O que queremos ressaltar, ilustrado no gráfico abaixo, é o aumento do número de organizações indígenas na última década, depois que Belo Monte iniciou sua construção. O gráfico traz os dados apenas da Rota Xingu, mas essa realidade se aplica para as demais rotas. Nessa breve reflexão não pretendemos dar conta de todos os fatos que motivaram esse aumento. Mas entre esses estão: a busca pelo direito de tomar assento nos conselhos e espaços públicos de decisão, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que “dispõe de recursos financeiros alocados exclusivamente para a execução de projetos de desenvolvimento no território impactado pela Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHEBM).” (NORTE ENERGIA, 2022, p. 07). As representações indígenas fizeram parte da Câmara Técnica de Povos Tradicionais com a tarefa de analisar, aprovar e reprovar projetos oriundos dos editais do PDRSX. As câmaras técnicas foram extintas por Bolsonaro.

Figura 5: Quantidade de associações indígenas criadas por ano – Rota Xingu.



Fonte: elaborado pela autora, a partir das informações de Reinaldo Lemos, 2023.

Outro motivo do crescimento está associado à busca de projetos e recursos para suas aldeias. Nesse sentido, a captação sempre tem que ser feita por uma pessoa jurídica, assim sendo praticamente todas as aldeias têm uma associação e buscam esses apoios. Algumas já receberam recursos do Fundo Dema, Fundo Casa e do próprio PDRSX. As equipes técnicas das executoras presentes nas aldeias têm ajudado na elaboração desses projetos e apoiado as lideranças na gestão e prestação de contas. O fato de muitas lideranças indígenas não dominarem estratégias e práticas de letramento na Língua Portuguesa dificulta a compreensão da burocracia de elaboração e gestão dos projetos captados.

3. CONCLUSÕES INICIAIS

O levante dos indígenas Taconhapé do Xingu contra os cravistas portugueses está distante por séculos da ocupação feita pelos indígenas do Xingu e Transamazônica, no canteiro de obras da barragem de Belo Monte, em Altamira. Contudo, esses levantes são uma resistência,

conforme definido por Beltrão (2008), às práticas do desrespeito à diversidade cultural que infelizmente atravessou os séculos e segue vigente. Se a “ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. Os lugares respondem ao Mundo, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.” (SANTOS, 2020, p.338). Assim, Belo Monte não cabe no mundo dos povos indígenas do Xingu. Esse espaço geográfico que seguiu invisibilizando-os, teve que aceitar o contraespaço produzido por eles. Com suas lutas os indígenas não barraram Belo Monte, mas exigem até os dias atuais, os seus direitos para além do previsto nas condicionantes que deu origem ao PBA-CI.

Em suas estratégias de resistência os indígenas da Bacia do Xingu buscaram outros apoios para fazer valer sua luta por direitos em saúde, educação, respeito à diversidade cultural, melhoria das atividades produtivas e garantia da integridade de seus territórios. Nessa jornada articularam-se com outros povos, parentes para além do Xingu, como os membros da APIB. Atualmente lideranças do Xingu ocupam cargos públicos importantes na condução da política dirigidas aos povos indígenas. Dentre esses, Luiz Xypaia na direção da FUNAI Altamira, Juma Xypaia Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas e Beppry Xicrin coordenador do DSEI Altamira.

As lideranças indígenas passaram a se fazer presente em todos os espaços públicos, especialmente em Altamira; conferências, fóruns, audiências públicas onde o destino da região e as políticas públicas estão em discussão. Com suas organizações representativas tomam assento nos conselhos de controle social, a exemplo da saúde e educação. Os levantes de contraespaço não serão interrompidos, as cidades e o campo terão que conviver permanente com eles, Moreira (2021). É perceptível o crescimento da presença das organizações indígenas no cotidiano das cidades e vilas da Transamazônica e Xingu, bem como, a aproximação desses com os gestores públicos e movimentos sociais urbanos e rurais. Todavia, do lado dos “não indígenas”⁹ essa aproximação também cresce, mas ainda é lenta e eivada de preconceitos.

⁹ Fazemos esse grifo para ressaltar que dentre os moradores de Altamira e região, existem muitos que mesmo tendo descendentes indígenas, preferem não assumir essa identidade étnica.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe. Natureza de Nossa Vida! Barragem, Não Aceito! O Xingu é Sagrado. In: SOUZA, C. M. de, e, CARDOZO, A. (orgs). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII –XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. O Sertão dos Taconhapé: cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista. In: SOUZA, C. M. de, e, CARDOZO, A. (orgs). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII –XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008.

JGP – Consultorias e Participações Ltda. **37o Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES**. São Paulo: 2022.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo: Contexto, 2021.

_____, **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2021.

NORTE ENERGIA S.A. **Relatório do PBA do componente indígena da UHE Belo Monte – Programa Médio Xingu**, 2011.

PARENTE, Francilene de Aguiar. **“Eles são indígenas e nós também”:** pertencas e identidades étnicas entre *Xypaia* e *Kuruaya* em Altamira/Pará. Tese (doutorado), UFPA, Belém: 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 10ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2020.

SEVÁ FILHO, Arsenio Osvaldo. **Tenotã-Mõ: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN, 2005.

SOBREIRO FILHO, José e Costa, Bruna Gonçalves. As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na Amazônia Legal: ensaio geográfico a partir do DATALUTA Floresta. In: CASTRO, Cláudio Eduardo, SOBREIRO FILHO, J. SAQUET, M. A. e VINHA, J. F. S. C. (orgs). **Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territoriais**. Paraná: 2022, Editora Liberdade/EDUEMA, 2022.

SOUZA, Estella Libardi. **Povos indígenas e licenciamento ambiental: o componente indígena da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. IV Encontro Nacional de Antropologia do

Direito – ENADIR, Grupo de Trabalho 13: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais perante o direito: práxis jurídicas dentro, fora e contra a ordem, São Paulo/SP, 2015.

Submetido: 14/08/2023

Aprovado: 02/09/2023